

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 092/2023**

(Processo Administrativo n.º 64998/2023)

Torna-se público por este Edital que o Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas de sua Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, com critério de julgamento **POR ITEM** sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário. Esta licitação será processada com fundamento nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 37, inciso XXI, e 170, inciso IX, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 27, inciso XX, do Decreto n.º 15.368, 07 de abril de 2020, da Instrução Normativa SEPLAG n.º 01, de 22 de novembro de 2018, e das normas contidas neste Edital e seus Anexos, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação específica aplicável ao objeto licitado. **IMPORTANTE:** O Pregão será realizado em sessão pública, em ambiente virtual dotado de condições de segurança - recursos de criptografia e de autenticação – em todas as etapas do certame, disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, na data, horário e local designados a seguir:

- **Data da Sessão:** 06 de setembro de 2023.
- **Horário:** 09h00min.
- **Local:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) – UASG N.º 987493.

**PREGOEIRA:**

- **Nome:** Ana Paula da Silva Oliveira Agulhó.
- **Ato de Designação:** Decreto n.º 17.475, de 11 de abril de 2023.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:**

- **E-mail:** [pregao@cascavel.pr.gov.br](mailto:pregao@cascavel.pr.gov.br).
- **Telefone:** (45) 3321-2300.
- **Horário de Atendimento:** 08h00min às 12h00min e 13h30min às 17h30min.

No Portal do Cidadão do Município de Cascavel (<https://cascavel.atende.net>) serão disponibilizados os avisos, comunicados e esclarecimentos pertinentes ao Edital, para que o licitante possa acessar todas as informações necessárias à sua participação no certame.

## **1. DO OBJETO, VALOR MÁXIMO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA LICITAÇÃO**

**1.1** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para fins de **contratação de seguro total de veículo ambulância da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.1.1** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**1.2** A licitação será realizada em único item.

**1.3** O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4** O valor máximo desta licitação é de **R\$ 3.891,85** (três mil, oitocentos e noventa e um e oitenta e cinco centavos).

**1.5** As despesas provenientes deste processo correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>Funcional Programática:</b>	81103011523223.339.039.690.200.000.000
<b>Órgão:</b>	8 - Secretaria Munl de Saúde
<b>Unidade:</b>	1 - Fundo Municipal de Saude
<b>Ação:</b>	2322 - Executar, Elaborar e Coordenar as Atividades com Objetivo de dar Suporte ao Desenvolvimento de Ações de Saúde.
<b>Vínculo:</b>	303 - C/601-5 Saúde/Percent.Vinc.s/Receitas Impostos
<b>Subelemento:</b>	3.339.039.690.200.000.000 - Seguros de veículos da saúde pública

## **2. DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados, pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 26 de abril de 2018.

**2.1.1** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

**2.2 Neste Pregão não se aplicará o disposto no artigo 48 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, em decorrência das justificativas apresentadas no Termo de Referência e em consonância com o previsto no artigo 49 do referido diploma legal.**

**2.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:**

**2.3.1** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**2.3.2** Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

**2.3.3** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.3.4** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666, de 1993;

**2.3.5** Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, ressalvado o disposto no subitem 2.4 deste Edital;

**2.3.6** Que estejam reunidos em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**2.3.7** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.3.8** Cujo objeto social seja incompatível com o da licitação;

**2.3.9** Que possua sócio majoritário proibido de contratar com o Poder Público em virtude de condenação por improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992;

**2.3.10** Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do artigo 12 da IN SEPLAG n.º 01, de 2018);

**2.3.10.1** É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos artigos 5º a 7º da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social, mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

**2.3.11** Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no artigo 10 da IN SEPLAG n.º 01, de 2018.

**2.4** Os interessados que estiverem sob processo de recuperação judicial poderão participar desta licitação se amparados por certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão financeira para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993.

**2.5** A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda na aceitação de que deverá executar o objeto contratual de acordo com o estabelecido neste Edital.

**2.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**2.7** Como condição para participação no Pregão o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**2.7.1** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

**2.7.1.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

**2.7.1.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**2.7.2** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

**2.7.3** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**2.7.4** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**2.7.5** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**2.7.6** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2, de 16 de setembro de 2009;

**2.7.7** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

**2.7.8** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.

### **3. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO(A) PREGOEIRO(A)**

**3.1** O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

**3.1.1** Responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;

**3.1.2** Abrir as propostas de preços;

**3.1.3** Analisar a aceitabilidade das propostas;

**3.1.4** Condução dos trabalhos relativos aos lances e à classificação de acordo com as propostas de menores preços;

**3.1.5** Desclassificar propostas, indicando os motivos;

**3.1.6** Verificação da documentação de habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) em primeiro lugar;

**3.1.7** Declaração do vencedor;

**3.1.8** Recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;

**3.1.9** Elaboração de ata da sessão;

**3.1.10** Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação;

**3.1.11** Em qualquer fase da licitação promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**4.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.6** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.2** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

**5.2.1** Valor unitário e total do item.

**5.2.2** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**5.2.3** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.2.4** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.3** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.4** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

**5.4.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados pelo licitante conforme disposto no subitem 5.3 deste Edital.

**5.5** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, sob pena de inabilitação.

**5.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**5.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local previamente designados.

**6.2** O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

**6.2.1** Também será desclassificada a proposta que apresente informação que permita, inequivocamente, a identificação do licitante.

**6.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.3** A não desclassificação da proposta nesta etapa não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

**6.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**6.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.6** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 6.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.8** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 6.10** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14** Encerrada a etapa competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas

vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.19** O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

**6.20** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

**6.22** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.23** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.24** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.25** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.26** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.27** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no § 2º do artigo 3º da Lei n.º 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados:

**6.27.1** Por empresas brasileiras;

**6.27.2** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.27.3** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**6.28** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**6.29** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**6.29.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.30** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, em prazo de no mínimo 02 (duas) horas a contar da solicitação no sistema eletrônico, envie proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.30.1** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.31** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL**

**7.1** A proposta final do licitante mais bem classificado deverá:

**7.1.1** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais preferencialmente rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

**7.1.2** Conter a razão social do licitante e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

**7.1.3** Conter o descritivo do item, em conformidade com as especificações mínimas contidas na tabela constante do Anexo I deste Edital;

**7.1.4** Possuir prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data estipulada para abertura da sessão pública do Pregão.

**7.2** A proposta final será documentada nos autos e levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**7.2.1** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**7.3** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

**7.3.1** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos, a menos que, na opinião do(a) Pregoeiro(a), exista um erro grosseiro e óbvio, ou, ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso), a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado.

**7.4** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**7.5** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**7.6** Os licitantes devem respeitar os preços máximos, quando participarem de licitações públicas.

**7.6.1** A ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário.

## **8. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA FINAL**

**8.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

**8.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VI-A da IN SEPLAG n.º 01, de 2018, que:

**8.2.1** Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

**8.2.2** Contenha vício insanável ou ilegalidade;

**8.2.3** Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

**8.2.4** Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.2.4.1** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**8.2.4.1.1** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

**8.2.4.1.2** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**8.3** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666, de 1993, e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VI-A da IN SEPLAG n.º 01, de 2018, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.4** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

**8.5** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**8.6** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, ou para sanear a proposta, em prazo de no mínimo 02 (duas) horas a contar da solicitação no sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.6.1** É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.6.2** É vedada a alteração do teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

**8.6.3** Após o primeiro envio, o(a) Pregoeiro analisará a proposta e, se verificar alguma incongruência, dará a primeira oportunidade para saneamento. Caso persistam inconformidades na proposta, o(a) Pregoeiro dará a segunda e, se for o caso, a terceira e última oportunidade para correção. Se na terceira oportunidade o licitante não conseguir adequar a proposta, ele será desclassificado, podendo ser convocados os demais licitantes, seguindo a ordem de classificação.

**8.6.4** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a) destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**8.7** O(A) Pregoeiro(a) analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação, conforme o caso.

**8.8** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço.

**8.9** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante dos serviços ou da área especializada no objeto.

**8.10** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.11** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.12** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.13** Caso o prazo de validade da proposta expire antes do encerramento do certame, o(a) Pregoeiro(a) realizará diligência com o licitante, nos termos do § 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666, de 1993, como forma de prorrogar o referido prazo.

**8.13.1** A solicitação e a resposta deverão ser formuladas por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.13.2** O licitante que não aceitar prorrogar o prazo de validade ou que não se manifestar no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a) terá sua proposta rejeitada.

**8.13.3** Caso o licitante concorde com a dilação do prazo, não lhe será permitido modificar a proposta, nem constituirá isto motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

**8.14** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual



descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção ou condição que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1** SICAF;

**9.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**9.1.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e

**9.1.4** Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).

**9.1.5** Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas indicadas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 deste Edital pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

**9.1.6** A consulta ao cadastro indicado no subitem 9.1.3 deste Edital será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.7** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor do SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**9.1.7.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**9.1.8** Constatada a existência de sanção ou de condição impeditiva, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.1.8.1** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



**9.1.9** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.2** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada pelo(a) Pregoeiro(a) por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à qualificação técnica, e, alternativamente, por meio dos documentos encaminhados pelos licitantes na forma do disposto no subitem 5.3 deste Edital.

**9.2.1** O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do SICAF, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no referido sistema até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**9.2.2** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar a respectiva documentação atualizada na forma do disposto no subitem 5.3 deste Edital.

**9.3** A documentação para fins de habilitação relativa à comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** do licitante consistirá em:

**9.3.1** No caso de **empresário individual**: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a cargo da Junta Comercial do ente federativo em que estiver localizada a sede do licitante;

**9.3.2** No caso de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

**9.3.3** No caso de **sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do ente federativo em que estiver localizada a sede do licitante, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**9.3.4** No caso de **sociedade simples**: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**9.3.5** No caso de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País: Decreto de autorização.

**9.3.6** Os documentos elencados no subitem 9.3 deste Edital deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação, devendo constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o(s) item(ns) vencido(s) pelo licitante.

**9.4** A documentação para fins de habilitação relativa à comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** do licitante consistirá em:

**9.4.1** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou outra equivalente na forma da lei;

**9.4.2** Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão expedida pela referida fazenda pública, ou outra equivalente na forma da lei;

**9.4.3** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão expedida pela referida fazenda pública, ou outra equivalente na forma da lei;

**9.4.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de certidão expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

**9.4.5** Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

**9.4.6** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

**9.4.7** Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela respectiva Fazenda de seu domicílio ou sede, ou outra equivalente na forma da lei.

**9.5** A documentação para fins de habilitação relativa à comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** do licitante consistirá em:

**9.5.1 Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial,** expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**9.5.1.1** No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.

**9.5.1.2** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**9.6** A documentação para fins de habilitação relativa à comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** do licitante consistirá em:

**9.6.1 Certidão de Regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP,** comprovando que o licitante está autorizado a operar seguros e não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial;

**9.6.1.1** Para necessidade desta contratação, a empresa vencedora deverá possuir autorização da **SUSEP** para atuação no mercado de seguros e garantia, além de oficinas referenciadas no Município de Cascavel;

**9.6.2** Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que o licitante realizou o fornecimento de objeto compatível com o objeto licitado, conforme o Art. 30 da Lei 8.666/93;

**9.6.2.1** Não será aceito atestado ou declaração de capacidade técnica de licitante que ateste sua própria qualificação, sendo necessário que o documento seja fornecido por pessoa jurídica diversa daquela do licitante.

**9.6.2.2** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) conter a identificação do órgão da Administração Pública ou da empresa emitente, a identificação do contrato e a discriminação do objeto executado.

**9.6.2.3** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.6.2.4** Será admitido o somatório de atestados ou declarações de capacidade técnica, e o licitante poderá apresentar tantos atestados ou declarações quanto julgar necessários para comprovar que já desempenhou objeto semelhante ao deste Edital.

**9.7** A documentação deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura da sessão pública do certame, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não houverem sido entregues tempestivamente, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital.

**9.8** Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

**9.9** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital

**9.10** A aceitação das certidões emitidas pela internet está condicionada à posterior verificação da sua autenticidade e validade pelo(a) Pregoeiro(a), por meio de consulta ao site do órgão emissor ou junto às unidades administrativas competentes.

**9.11** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.12** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.12.1** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.13** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em prazo de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**9.13.1** É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.14** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.

**9.14.1** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.15** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.16** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem 9.15 deste Edital acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.17** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.18** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.19** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.20** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é,

somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**9.20.1** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**9.21** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**10.2** Havendo quem se manifeste, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**10.2.1** Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**10.2.2** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**10.2.3** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.3** Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos indicados no subitem anterior e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

**10.4** Não será concedido prazo para interposição de recurso acerca de assuntos meramente protelatórios ou quando o licitante não justificar a intenção de interpor recurso.

**10.5** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.6** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos endereços constantes do subitem 21.11 deste Edital.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Complementar n.º 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**11.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**12.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**13.1** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



#### **14. DO TERMO DE CONTRATO**

**14.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidas neste Edital.

**14.1.1** A convocação dar-se-á mediante notificação publicada no Órgão Oficial do Município e encaminhada ao endereço de correio eletrônico informado pelo licitante em sua proposta de preços, facultando-se ainda a utilização de outros meios, a critério do Município de Cascavel.

**14.2** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.2.1** Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município de Cascavel para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**14.2.2** O prazo para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Cascavel.

**14.3** O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**14.3.1** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 8.666, de 1993;

**14.3.2** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

**14.3.3** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.



**14.4** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no Termo de Referência.

**14.4.1** Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público.

**14.4.2** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou no prazo para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceitação do instrumento, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **15. DO REAJUSTAMENTO**

**15.1** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**17.1** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18. DO PAGAMENTO**

**18.1** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**19.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**19.1.1** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- 19.1.2** Apresentar documentação falsa;
- 19.1.3** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5** Não manter a proposta;
- 19.1.6** Cometer fraude fiscal;
- 19.1.7** Comportar-se de modo inidôneo.

**19.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da etapa de lances.

**19.3** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitem anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 19.3.2** Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.3.3** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão pelo qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.3.4** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cascavel, pelo prazo de até cinco anos;

**19.3.4.1** A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Edital.

**19.3.5** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

- 19.4** A advertência será aplicada pela autoridade competente, por escrito.
- 19.5** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 19.6** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Cascavel poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.7** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que preveja defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.
- 19.7.1** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.7.2** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitat e Contratar com a Administração Pública do Município de Cascavel – CAFILC e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 19.8** Todos os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa e deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 19.9** A rescisão contratual poderá ser:
- 19.9.1** Determinada por Ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.9.2** Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada pelo Contratante, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência do Contratante.
- 19.9.3** Judicial, nos termos da legislação.
- 19.9.4** No caso do subitem 19.9.1 deste Edital, a rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 19.10** Constituem motivos para rescisão do Contrato, os previstos no artigo 78 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**19.11** Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido, com direito a:

**19.11.1** Devolução de garantia;

**19.11.2** Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

**19.12** A rescisão de que trata o inciso do artigo 79 acarreta as consequências previstas nos incisos I a IV do artigo 80, ambos da Lei n.º 8.666, de 1993.

**19.13** Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá o contratante contratar com as licitantes classificadas em colocação subsequente, ou efetuar nova licitação.

**19.14** Em caso de a Adjudicatária deixar de cumprir sua proposta, será convocada a seguinte, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis quando se tratar de recusa injustificada, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**19.15** As penalidades referidas no *caput* do artigo 81 da Lei n.º 8.666, de 1993, não se aplicam às demais licitantes, convocadas nos termos do subitem precedente, que não aceitarem a contratação.

**19.16** Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

**19.17** As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

**19.18** A não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderão dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**19.19** A Contratante poderá conceder um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**19.20** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**20.1** As dúvidas, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento do presente Edital e seus Anexos serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a), desde que os pedidos tenham sido recebidos até às 17h30min do terceiro dia útil anterior à data fixada para realização da sessão pública, exclusivamente mediante solicitação por escrito, enviada por meio de mensagem eletrônica (e-mail) dirigida ao endereço de correio eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital.

**20.1.1** O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos Anexos.

**20.1.2** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

**20.2** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital perante a Administração, até às 17h30min do terceiro dia útil anterior à data fixada para realização da sessão pública, exclusivamente mediante solicitação por escrito, enviada por meio de mensagem eletrônica (e-mail) dirigida ao endereço de correio eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital.

**20.2.1** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

**20.2.2** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

**20.2.3** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**20.2.4** Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**20.3** Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do município não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações ou reivindicações.

**20.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**20.5** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**21.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

**21.3** Todas as referências de tempo neste Edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**21.4** No julgamento das propostas e da habilitação o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**21.8.1** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**21.11** Este Edital está disponibilizado em formato eletrônico, na íntegra, no Portal do Cidadão do Município de Cascavel (<https://cascavel.atende.net>), no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e também poderá ser lido e/ou obtido na Divisão de Licitações, no 2º andar do Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, em dias úteis, no horário das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**21.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**21.12.1** ANEXO I – Termo de Referência;

**21.12.1.1** ANEXO I-A – Estudos Preliminares.

**21.12.1.2** ANEXO I-B – Mapa Comparativo dos Preços Pesquisados.

**21.12.2** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

**21.12.2.1** ANEXO II-A – Declaração de Integridade e Ética: Lei Anticorrupção n.º 12.846, de 2013.

Cascavel-PR, 18 de agosto de 2023.

**THIAGO DAROSS STEFANELLO**

Secretário da Casa Civil

Conforme Portaria n.º 1.074/2023 - GAB

**MIROSLAU BAILAK**

Secretário de Saúde

**EMERSON MARCANTE**

Diretor do Departamento de Gestão de  
Aquisições Públicas

**FERNANDO MARCOS GEA**

Gerente da Divisão de Licitações

Edital de licitação emitido pela servidora Kássia Leandra Pereira, em conformidade com a minuta de Edital padronizada aprovada pela Resolução n.º 32/2020 da Procuradoria Geral do Município.

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1	UND	SEGURO TOTAL DE VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT DUCATO GREENCAR PLACA BDR-9H27 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCATEL.	3.891,85	3.891,85
<b>Valor Total Geral: R\$ 3.891,85</b> (três mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)					



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO Nº ...../20...

(Processo Digital n.º 64998/2023)

**1. DO OBJETO**

- 1.1.** Contratação de seguro total de veículo ambulância da Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Seguro Total de Veículo.
- 1.3.** A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.3.1.** Opta-se pelo regime de execução por preço unitário em virtude da possibilidade de prorrogação do contrato. Ressalta-se ainda, que o regime de empreitada por preço unitário é cabível quando a Administração tiver por intenção adquirir os serviços por unidade de medida, conforme quantitativo estimado, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Portanto, é especialmente aplicável aos contratos que podem ser divididos em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração.
- 1.4.** O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.5.** Considerando as características da contratação, e que o seguro é um contrato firmado entre o proprietário do veículo e uma seguradora, no qual a prática de mercado é que o contratante pague uma taxa, conhecida como prêmio do seguro, para que seja ressarcido em possíveis prejuízos (previstos na apólice) ao veículo, como roubo, e até mesmo danos pessoais ou a terceiros. Não será exigida para a presente contratação a tabela de formação de custos com a discriminação do preço.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1** A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 3.1.** Conforme minudenciado nos Estudos Preliminares em anexo, a contratação abrange a prestação do serviço de Seguro total de veículo ambulância Fiat Ducato Greencar placa BDR-

Termo de Referência modelo para Pregão: Serviços Continuados SEM Dedicção Exclusiva de Mão de Obra  
Elaboração: Setembro/2019

Página 1 de 20

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

9H27 da Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel, com vigência de 12 meses.

- 3.2.** Após a emissão do empenho a contratada terá prazo de até 05 dias para emissão da apólice de seguro em nome do Fundo Municipal de Saúde CNPJ 09.051.532/0001-22 com vigência de 12 meses.
- 3.3.** Juntamente com a apólice a contratada deverá emitir nota fiscal ou equivalente, do valor total do contrato.
- 3.4.** O Serviço contratado deverá possuir as seguintes coberturas:
- 3.4.1.** Cobertura Básica de Casco: 100% da referência do veículo constante na tabela FIPE;
  - 3.4.2.** Danos Materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
  - 3.4.3.** Danos Corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
  - 3.4.4.** Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
  - 3.4.5.** Acidentes Pessoais Passageiros (APP);
  - 3.4.6.** Morte/Invalidez R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
  - 3.4.7.** Sem franquia para seguro de vidros laterais, dianteiro (pára-brisa), traseiros e faróis;
  - 3.4.8.** Franquia Reduzida;
  - 3.4.9.** Assistência 24 Horas para serviços de guincho: Mínimo 500 (quinhentos) quilômetros com isenção de franquia.
  - 3.4.10.** Região de circulação dos veículos: Município de Cascavel, Estado do Paraná e eventuais deslocamentos fora do Estado.
  - 3.4.11.** Vigência da Apólice: 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação após antes do término deste período para não perde coberturas dos veículos segurados.
- 3.5.** O serviço contemplará:
- 3.5.1.** Atendimento de incidente envolvendo o veículo segurado quando convocado, pessoalmente ou através de telefone, para formalizações de sinistros quando ocorrer situações de emergência.
  - 3.5.2.** Em casos de acidentes com o veículo, deverá ser prestado atendimento no local do sinistro em no máximo 01 (uma) hora, quando o referido sinistro ocorrer no Município de Cascavel-Pr.
  - 3.5.3.** Recolhimento do veículo envolvido no incidente com caminhão guincho, quando necessário e de acordo com as cláusulas contratadas;
  - 3.5.4.** Reparos mecânicos, elétricos e de funilaria no veículo segurado e de terceiros, conforme cláusulas contratadas, assegurando após o conserto, o perfeito funcionamento e

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

segurança do veículo;

**3.5.5.** Pagamento a título de indenização, conforme valor contratado, do valor de mercado do veículo em caso de:

**3.5.5.1.** Indicação, pela contratada, de perda total em caso de sinistro;

**3.5.5.2.** Furto ou roubo, conforme cláusulas contratadas,

**3.5.6.** Pagamento, conforme cláusulas contratadas, de danos imateriais decorrentes de responsabilidade civil, a terceiros, ao contratante ou seus associados,

**3.5.7.** Pagamento a título de indenização, conforme cláusulas contratadas, em caso de morte, invalidez temporária ou permanente a terceiros, ao contratante ou seus associados.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**4.1.** Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da IN nº01/2018-SEPLAG, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 9º da aludida instrução normativa, cuja execução indireta é vedada.

**4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:**

Para a comprovação da qualificação técnica, observados os limites do estritamente necessário para assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade e capacidade técnico operativa para a boa execução do objeto, é necessário que a empresa proponente do item veículo ambulância apresente no momento da habilitação:

- I. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, onde a licitante comprove o fornecimento de objeto compatível com objeto licitado, Conforme estabelece artigo 30 da lei federal nº 8.666/93;



**MUNICÍPIO DE CASCABEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- II. Certidão de Regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, comprovando que o licitante está autorizado a operar seguros e não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.
- 5.1.1.1.** Para o atendimento das necessidades desta Contratação, a empresa vencedora deverá possuir autorização da SUSEP para atuação no mercado de seguros e garantias, além de oficinas referenciadas no Município de Cascavel;
- 5.1.1.1.1.** Tal comprovação é necessária para assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade e capacidade técnico operativa para a boa execução do objeto,
- 5.1.2. Natureza do Serviço**
- 5.1.2.1.** O Serviço objeto deste processo licitatório possui características de natureza continuada, optando o Administrador a formalização de contrato, ante a possibilidade de renovação prevista na legislação, atendendo desta forma as imposições da cedência;
- 5.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade**
- 5.1.3.1.** Em atendimento ao disposto na IN 001/2018, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:
- 5.1.3.1.1.** Utilizar produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;
- 5.1.4. Vigência do Contrato**
- 5.1.4.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;
- 5.1.5. Soluções de Mercado**
- 5.1.5.1.** O mercado de seguros e garantias é regulamentado por autarquia federal, vinculada ao Ministério da Economia, estando apta a oferecer o serviço toda a empresa que atender os regulamentos do setor. A contratação de seguros, tanto para pessoas físicas, como para a iniciativa privada e órgãos públicos é precedida da mesma metodologia: análise do valor de mercado do veículo, sua utilização pelo proprietário e seus associados, bem como o risco inerente a atividade

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

exercida pelo contratante. Conclui-se que a contratação de terceiros, objeto da futura contratação, neste caso, é única alternativa para atender a necessidade desta Secretaria, provinda pelo aceite das cláusulas de cessão de veículo.

- 5.1.5.2.** Em pesquisa realizada no mercado fornecedor, foram identificadas várias empresas da área de seguro aptas a prestação de serviço nos moldes deste processo licitatório, conforme segue:

Descrição do Serviço	Prestador de Serviços
Serviço de Seguro total de veículo ambulância Fiat Ducato Greencar placa BDR-9H27 da Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel.	*Seguro Sura S/A *Gente Seguradora

- 5.2** Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

- 5.3** As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência com deveres específicos e compatíveis com o objeto contratado.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

- 6.1.1.** A execução dos serviços será iniciada em até 05 (cinco) dias após a emissão da Nota de empenho, na forma que segue:

- 6.1.1.1.** Em até 05 dias após a emissão do empenho a contratada, deverá emitir apólice de seguro, em nome do Fundo Municipal de Saúde CNPJ 09.051.532/0001-22, com vigência de 12 meses.
- 6.1.1.2.** A contratada deverá prestar atendimento de incidente envolvendo o veículo segurado quando convocado, pessoalmente ou através de telefone, para formalizações de sinistros quando ocorrer situações de emergência.
- 6.1.1.3.** O veículo circulará no Município de Cascavel, Estado do Paraná e eventuais deslocamentos fora do Estado.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.1.1.4. Em casos de acidentes com o veículo, deverá ser prestado atendimento no local do sinistro em no máximo 01 (uma) hora, quando o referido sinistro ocorrer no Município de Cascavel-Pr.
- 6.1.1.5. A contratada deverá providenciar o recolhimento do veículo envolvido no incidente com caminhão guincho, quando necessário e de acordo com as cláusulas contratadas;
- 6.1.1.6. A Contratada deverá providenciar os reparos mecânicos, elétricos e de funilaria no veículo segurado e de terceiros, conforme cláusulas contratadas, assegurando após o conserto, o perfeito funcionamento e segurança do veículo;
- 6.1.1.7. A contratada deverá realizar o Pagamento a título de indenização, conforme valor contratado, do valor de mercado do veículo em caso de:
  - 6.1.1.7.1. Indicação, pela contratada, de perda total em caso de sinistro;
  - 6.1.1.7.2. Furto ou roubo, conforme cláusulas contratadas;
- 6.1.1.8. Caberá a contratada o Pagamento, conforme cláusulas contratadas, de danos imateriais decorrentes de responsabilidade civil, a terceiros, ao contratante ou seus associados;
- 6.1.1.9. Caberá a contratada o Pagamento a título de indenização, conforme cláusulas contratadas, em caso de morte, invalidez temporária ou permanente a terceiros, ao contratante ou seus associados.
- 6.1.2. O Serviço contratado deverá possuir as seguintes coberturas:
  - 6.1.2.1. Cobertura Básica de casco: 100% da referência do veículo constante na tabela FIPE;
  - 6.1.2.2. Danos Materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
  - 6.1.2.3. Danos Corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
  - 6.1.2.4. Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
  - 6.1.2.5. Acidentes Pessoais Passageiros (APP);
  - 6.1.2.6. Morte/Invalidez R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
  - 6.1.2.7. Sem franquia para seguro de vidros laterais, dianteiro (pára-brisa), traseiros e faróis;
  - 6.1.2.8. Franquia Reduzida;

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**6.1.2.9.** Assistência 24 Horas para serviços de guincho: Mínimo 500 (quinhentos) quilômetros com isenção de franquia.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

**7.1.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de acordo com os artigos, incisos e alíneas do Decreto nº 14.405/2018;

**7.2.** Os atores envolvidos na gestão e fiscalização estão elencados abaixo:

**7.2.1.** O **gestor do Contrato** que terá a função de coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

**7.2.2.** O **Fiscal do Contrato** que será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;

**7.3. A CONTRATANTE** exercerá a fiscalização da execução dos serviços, registrando as desconformidades que forem identificadas, tendo como amparo legal o Edital da Licitação e o Termo de Referência, informando por meio de documento à CONTRATADA, as irregularidades/desconformidades identificadas em relação ao objeto contratado, solicitando as providências de correção das mesmas;

**7.4. A CONTRATANTE** irá notificar por escrito a **CONTRATADA**, se verificado qualquer problema nos serviços prestados, devendo a CONTRATADA corrigir os mesmos, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, podendo ser ordenada a suspensão dos serviços e respectivos pagamentos, se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação, não for atendida a reclamação, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita;

**8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**8.1.** A demanda da Secretaria tem como base as seguintes características:

Termo de Referência modelo para Pregão: Serviços Continuados SEM Dedicção Exclusiva de Mão de Obra  
Elaboração: Setembro/2019



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**8.1.1.** Região de circulação do Veículo: Município de CascateL, Estado do Paraná e eventuais deslocamentos fora do estado.

**8.1.2.** Dados do veículo:

Ano de Fabricação: 2019,

Modelo 2019;

Placa : BDR-9h27

Chassi: 3CDFVBK9KE538547

Renavam: 01216524790

Categoria: Veículo Oficial

Cor: Branca, 4 portas, capacidade 03 passageiros

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.3.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.4.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 06 do Anexo X da IN N°01/2018-SEPLAG.
- 9.5.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.6.** Cientificar a Secretaria competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.7.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.8.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, §5º da Lei n°8.666/1993.



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
- 10.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – CAFILC, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VII-B da IN nº01/2018-SEPLAG;
- 10.7.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.8.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.9.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**10.10.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

**10.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**10.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**13.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e nos termos do Decreto Municipal nº 14.405/2018.

**13.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

**13.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**13.4.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**13.5.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

**13.6.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

**13.7.** Durante a execução do objeto, o fiscal do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**13.8.** A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.9.** Considerando as características da contratação e que o pagamento a contratada se dará de uma única vez, após a emissão da apólice, não será utilizado para a presente



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

contratação Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

**14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 14.1.** A emissão da Nota Fiscal ou equivalente deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 14.2.** No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 14.3.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.

**15. DO PAGAMENTO**

- 15.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 15.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 15.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 15.4.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 15.4.1.** o prazo de validade;
  - 15.4.2.** a data da emissão;
  - 15.4.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 15.4.4.** o período de prestação dos serviços;
  - 15.4.5.** o valor a pagar; e
  - 15.4.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Contratante;

- 15.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.8.** Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.9.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 15.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 15.12.1.** A retenção de créditos da contratada poderá ocorrer somente quando se configurar um potencial risco de prejuízos ao erário, a exemplo de custos com a rescisão e nova contratação, perda de serviços ou investimentos em razão da rescisão, ocorrência de superfaturamento, risco trabalhista, entre outros.
- 15.12.2.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**15.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

**15.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

**15.15.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente; que adotar as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

## **16. REAJUSTE**

**16.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**16.1.1.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano,

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**16.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**16.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**16.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**16.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**16.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**16.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**17. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**17.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, visto características do serviço contratado;

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

**18.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**18.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**18.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**18.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo; ou

**18.1.5.** Cometer fraude fiscal.

**18.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

à CONTRATADA as seguintes sanções:

**18.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**18.2.2. Multa de:**

**18.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**18.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**18.2.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**18.2.2.4.** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

**18.2.2.5.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**18.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar **com** o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**18.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com o órgãos e entidades do Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**18.2.4.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.

**18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que



**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**18.3.** As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**18.4.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia ou por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

**18.5** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**18.5.1** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**18.5.2** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**18.5.3** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**18.6** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 9.032/2009.

**18.7** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**18.7.1** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**18.8** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**18.9** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores CAFILC.

**19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

**19.1** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**19.2** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**19.2.1** Para garantir que as necessidades desta Contratação sejam cumpridas, solicitamos a empresa vencedora, **autorização da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para atuação no mercado de seguros e garantias, além de oficinas referenciadas no Município de Cascavel.** Destacamos que a SUSEP é uma Autarquia vinculada ao Ministério da Economia, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Uma vez que a SUSEP fiscaliza seguros e previdência privada, sua função também é a de autorizar e registrar instituições a oferecerem esses produtos financeiros no mercado. Esse processo tem como objetivo dar mais **segurança aos consumidores** e fiscalizar fundos de reserva das seguradoras a fim de manter o pleno funcionamento das indenizações.

**19.3** O critério de aceitabilidade de preços ser:

**19.3.1** Valor Global: **R\$ 3.891,85 (três mil oitocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)**

**19.3.2.** Valor Unitário: conforme planilha de composição anexa ao edital.

**19.4** O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

**19.5** A não abertura de item exclusivo a ME/EPP/COOP beneficiadas pela LC n. 123/2006, justifica-se pela característica da contratação: Companhias de seguro (ou Sociedades Seguradoras) são empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima, especializada em assumir riscos, ou seja, a obrigação de pagar ao contratante (segurado), ou a quem este designar, uma indenização em caso de sinistro, quando ocorrer o risco indicado e temido, recebendo, para isso, antecipadamente, o prêmio estabelecido; não podendo ter outra atividade que não seguros, planos de previdência e capitalização. (fonte: <http://www.tudosobreseguros.org.br/tss-as-seguradoras-e-a-regulacao-do-mercado/> - adaptado).

Logo, a contratação dar-se-á diretamente com a sociedade seguradora, onde a corretora de seguros atuará como prestador de serviços a futura contratada, não podendo assumir compromissos em nome desta.

**19.6** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

**20.1** O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

**20.2** Tal valor foi obtido a partir de ampla pesquisa de mercado com empresas do ramo, conforme tabela abaixo:

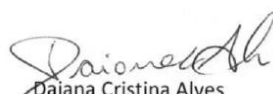
DESCRIÇÃO DOS ITENS	Gente Seguradora	Sura Seguros	Mafre Seguros	Porto Seguro	Banco de Preços 1	Banco de Preços 2	Média R\$
SEGURO TOTAL DE VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT DUCATO GREENCAR PLACA BDR-9H27 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCADEL.	R\$ <u>5.845,2*</u>	R\$ 3.112,26	R\$ 4.700,00	R\$ 3.426,98	R\$ 3.710,00	R\$ 4.510,00	<b>3.8---,5</b>

**21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**372/33390396902** – Seguros de Veículos da Saúde Pública

Cascavel, 07 de Agosto de 2023.

  
Pâmela C. de A. Cruz  
Administradora Hospitalar  
24.787-2

  
Daiana Cristina Alves  
Gerente de Divisão  
20.623-1

  
Miroslau Bailak  
Secretário de Saúde



## **ANEXO I-A – ESTUDOS PRELIMINARES**



### **ESTUDO PRELIMINAR**

#### **INTRODUÇÃO**

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, onde será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades da SESAUI.

#### **1- OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de Seguro Total de Veículo Ambulância Fiat Ducato Greencar placa BDR-9H27 da Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel.

#### **2- SUPORTE LEGAL**

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 198, decretou a descentralização da saúde para os Estados e Municípios, garantindo atendimento universal e integral a todos os brasileiros. A evolução do Sistema Único de Saúde – SUS passou por diversas fases e desde 2010, houve a publicação de diversas resoluções.

Portaria GM/MS nº 4.279, estabeleceu diretrizes para estruturação das Redes de Atenção à Saúde – RAS, dentre as estratégias estabelecidas na referida Portaria está presente o transporte sanitário como uma atividade de apoio às RAS, com a responsabilidade de dar condições à continuidade do tratamento das pessoas que necessitam de deslocamento para outras instituições na mesma cidade ou em centros mais especializados, na área da saúde. Nas RAS a prestação de serviço de transporte do paciente é obrigatória e imposta à todas secretarias municipais de saúde, que têm como função a gestão, prestação e regulação dos serviços no âmbito do SUS, inclusive do transporte sanitário eletivo. No Município de Cascavel/PR a execução do transporte sanitário eletivo é organizada pela SESAUI, utilizando uma frota de veículos própria.

A Emenda constitucional nº 19, trouxe mudanças para a administração pública, instigando a administração a buscar novas formas e estar em constante aprimoramento dos serviços públicos (BRASIL, 1998).

A Resolução Nº 13, de 23 de fevereiro de 2017, dispõe sobre as diretrizes para o Transporte Sanitário Eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito SUS.

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços;

Decreto nº 7508/2011, Capítulo III - do planejamento da saúde, em que os entes federados devem compatibilizar as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros e determina, no âmbito estadual, que o planejamento deve ser realizado de maneira regionalizada, a partir das necessidades dos Municípios, considerando o estabelecimento de metas de saúde;

Art. 30 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a necessidade de construção ascendente e de compatibilização sistêmica dos instrumentos de planejamento da saúde;

Portaria nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde.



Art. 8º da Portaria GM/MS nº 2.135/2013, que trata do planejamento regional integrado;

Portaria Nº 2.563, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017, Regulamenta a aplicação de recursos de programação para financiamento do Transporte Sanitário Eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

### **3- ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR**

A Secretaria de Saúde considerou editais anteriores na aquisição deste serviço adotando padrão semelhante no modelo de contratação. Considerando que o contrato anterior não teve qualquer sanção ou apontamento da contratada que motive alterações na forma de execução dos serviços, admite-se que o mesmo atendeu as expectativas, contribuindo para a organização dos serviços prestados aos pacientes bem como as necessidades do município.

### **4- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, cedeu veículo AMBULÂNCIA FIAT DUCATO GREENCAR - AMBULÂNCIA - Placa: BDR-9H27- Chassi:3C6DFVBK9KE538547, e formalizou esta empréstimo através do Termo de Cessão de Uso nºn 2020037/2020 anexo, o qual em sua cláusula 8ª exige a contratação de seguro para tal veículo, sob pena da não aquisição do seguro gerar a rescisão do termo de cedência.

### **5- PLANEJAMENTO**

A presente contratação alinha-se com o plano de ação de metas do Município elaborado em 2023, constantes no Item 1 - Implementar as ações previstas no Programa Saúde Humanizada,

AÇÕES: Equipar as Unidades de Saúde bem como os serviços voltados a Atenção Básica em Saúde da população.

### **6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para a comprovação da qualificação técnica, observados os limites do estritamente necessário para assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade e capacidade técnico operativa para a boa execução do objeto, é necessário que as empresas proponentes do item veículo ambulância apresentem:

- I. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, onde a licitante comprove o fornecimento de objeto compatível com objeto licitado, Conforme estabelece artigo 30 da lei federal nº8.666/93;
- II. Certidão de Regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, comprovando que o licitante está autorizado a operar seguros e não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.

**Natureza do serviço:**



Em atendimento ao disposto na IN 001/2018, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

- a) Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

**Duração do contrato:**

O contrato decorrente deste processo terá duração de 12 (doze) meses.

**6- ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

A estimativa dos itens a serem adquiridos foi baseada na exigência do termo de cessão de uso.

Item	Descrição detalhada
1	SEGURO TOTAL DE VEÍCULO, FIAT DUCATO GREENCAR - AMBULÂNCIA  - Ano fabricação: 2019, Modelo: 2019 - Placa: BDR-9H27 - Chassi: 3C6DFVBK9KE538547 - Combustível: Diesel - Portas: 04 - Capacidade: 3 Passageiros - Câmbio Automático: Não - Renavam: 01216524790 - Categoria: Veículo oficial - Cor: Branca

**7- JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Para a contratação a SESAU opta pela modalidade Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço Unitário, e modalidade contrato.

**8- ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERÊNCIAS**

Os preços serão estimados, através de pedidos de orçamentos, encaminhados para empresas no ramo de atividade e posteriormente anexados aos autos do processo.

**9- DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO**

A licitação contemplará a aquisição de :

Seguro Total para o veículo Ambulância Suporte Básico - Fiat Ducato Green:



**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



Deve possuir as seguintes coberturas:

- I. Cobertura básica de casco: 100% da referência do veículo constante na tabela FIPE;
- II. Danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- III. Danos Corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- IV. Danos Morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- V. Acidentes Pessoais Passageiros (APP);
- VI. Morte/Invalidez R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- VII. Sem franquia para seguro de vidros laterais, dianteiro (pára-brisa), traseiros e faróis;
- VIII. Franquia reduzida;
- IX. Assistência 24 horas para serviços de guincho: mínimo 500 (quinhentos) quilômetros com isenção de franquia;
- X. Região de circulação dos veículos: Município de Cascavel, Estado do Paraná e eventuais deslocamentos fora do Estado.
- XI. A empresa vencedora deverá disponibilizar atendimento, pessoalmente ou através de telefone (emergências), para formalização de sinistros quando ocorrer situações de emergência;
- XII. Em caso de acidentes com os veículos da frota da SESA, deverá ser prestado atendimento no local do sinistro em no máximo 01 (uma) hora, quando o referido sinistro ocorrer no município de Cascavel-PR.
- XIII. Vigência da Apólice: 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação após antes do término deste período para não perde coberturas dos veículos segurados.
- XIV. Considerando a Resolução 329/2015 SESA que torna obrigatório o uso da cláusula antifraude e anticorrupção, na execução dos recursos financeiros repassados pela SESA; fica vedado na execução do presente contrato à contratada e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:
  - a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
  - b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;
  - c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
  - e) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou de qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("leis anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente contrato.





#### **10-BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS DA CONTRATAÇÃO**

Com a contratação, a Secretaria Municipal de Saúde almeja alcançar os seguintes resultados:

##### **Benefícios diretos:**

- ☐ A aquisição de seguro para um veículo é forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos segurados, além do que a contratação de seguro de responsabilidade civil resguarda a administração contra eventuais demandas judiciais em decorrência de acidentes provocados por veículos de propriedade de entes públicos
- ☐ Agilidade na prestação do serviço;
- ☐ Custo do serviço prestado;
- ☐ Cumprimento das determinações legais em relação à saúde por parte do poder público municipal;

##### **Benefícios indiretos:**

- ☐ Melhorar o nível de saúde da população;
- ☐ Responder com efetividade às necessidades em saúde;
- ☐ Prestação de serviços especializados em lugar adequado;

#### **11- PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA UNIDADE REQUISITANTE E CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

Considerando que a prestação do serviço ocorrerá nas dependências da Contratada, não há necessidade de adequação de ambiente na unidade requisitante.


A presente contratação não está alinhada com contratações correlatas e/ou independentes.


#### **12- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O pagamento do seguro tem um custo irrisório como requisito para receber uma ambulância de valor aproximado de 130.000,00, consideramos assim que a contratação é VIÁVEL, além de ser fundamental para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.




**13- FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

  
**Leandro Geraldo Paulino da Silva**  
Matrícula: 29998-1  
Fiscal do Contrato

  
**Fábio da Silva**  
Matrícula: 35832-1  
Fiscal do Contrato

**14- EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

  
**Elizabeth Rosana de Almeida Zotti**  
Matrícula: 11067-2

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**ANEXO I-B – MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS**

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 006/2020 – SEPLAG - ANEXO I RC 2462/2023									
Atendiment	CATSERV	DESCRIÇÃO DOS ITENS	Gente Seguradora	Sura Seguros	Mafra Seguros	Porto Seguro	Banco de Preços 1	Banco de Preços 2	Média Aritmética das Pesquisas Válidas - R\$
1	504757	22764	SEGURO TOTAL DE VEÍCULO AMBULÂNCIA FIAT DUCATO GREENCAR PLACA BDR-9427 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCADEL.	R\$ 3.112,26	R\$ 4.700,00	R\$ 3.426,98	R\$ 3.710,00	R\$ 4.510,00	R\$ 3.891,85
Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável:		<p>a) A utilização da metodologia média aritmética justifica-se pelo valor obtido entre os orçamentos e cotações obtidas no Banco de Preços ser o que se apresenta mais aproximado ao valor de mercado, garantindo a competitividade do processo.</p> <p>b) Justificativa para utilização de orçamento com fornecedores: Foram solicitados orçamentos a corretoras de seguros a fim de validar as cotações obtidas nos Banco de Preços, visto que cada contratação possui características singulares.</p> <p>c) Valor com asterisco e negrito foi desconsiderado para composição da média por estar discrepante dos demais valores obtidos.</p>							

De acordo,

Cascavel 24/09/2021

*Alana Meira Reichert*

Nome: Alana Meira Reichert  
Matrícula: 33953-2  
(Servidor responsável pela pesquisa e determinação do preço de referência)

*Mirosllau Bialak*  
Secretário de Saúde

**ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS N.º ...../20..., QUE FAZEM ENTRE SI  
O MUNICÍPIO DE CASCATEL E A EMPRESA**

.....

O **MUNICÍPIO DE CASCATEL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Bairro Centro, CascateL, Estado do Paraná, CEP 85.810-011, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **Leonardo Paranhos da Silva**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.181.988-0, inscrito no CPF sob o n.º 498.725.759-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado como CONTRATADA a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º ....., sediada à ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade/UF ....., CEP ....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., de nacionalidade ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ....., inscrito(a) no CPF sob o n.º ....., residente à ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade-UF ....., CEP ....., resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão n.º ...../20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ....., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3** Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-------------------------	------------	-------------------------	-------------------	----------------

**MUNICÍPIO DE CASCATEL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES


**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo X da IN SEPLAG n.º 01, de 2018, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**2.1.1** Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**2.1.2** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.1.3** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**2.1.4** Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

**2.1.5** Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

**2.1.6** Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.2** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.3** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1** O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

**3.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 20..., na classificação abaixo:

<b>Funcional</b>	
<b>Programática:</b>	
<b>Órgão:</b>	
<b>Unidade:</b>	
<b>Ação:</b>	
<b>Vínculo:</b>	
<b>Subelemento:</b>	

**4.2** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1** O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo X da IN SEPLAG n.º 01, de 2018.

**CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

**6.1** As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito) são as estabelecidas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**8.1** O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

**9.1** O acompanhamento e a fiscalização deste contrato dar-se-ão de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e na legislação aplicável, em especial o contido na Lei n.º 8.666, de 1993, e no Decreto Municipal n.º 14.405, de 11 de setembro de 2018.

**9.2** Fica estabelecido como Gestor de Contrato o(a) Sr.(a) ....., matrícula n.º ....., lotado(a) na Secretaria Municipal de .....

**9.3** Fica estabelecido como Gestor de Contrato Suplente o(a) Sr.(a) ....., matrícula n.º ....., lotado(a) na Secretaria Municipal de .....

**9.4** Fica estabelecido como Fiscal de Contrato o(a) Sr.(a) ....., matrícula n.º ....., lotado(a) na Secretaria Municipal de .....

**9.5** Fica estabelecido como Fiscal de Contrato Suplente o(a) Sr.(a) ....., matrícula n.º ....., lotado(a) na Secretaria Municipal de .....

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**10.1** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** As infrações e as sanções administrativas são aquelas relacionadas no Edital e no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

**12.1** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



**12.1.1** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.1.2** Amigavelmente, nos termos do inciso II do art. 79 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**12.2** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

**12.3** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**12.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3** Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

**13.1** É vedado à CONTRATADA:

**13.1.1** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**13.1.2** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, e do Anexo IX da IN SEPLAG n.º 01, de 2018.

**14.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO – LEI n.º 12.846/2013**

**15.1** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma

**15.2** O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**15.2.1 “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução do contrato;

**15.2.2 “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;

**15.2.3 “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

**15.2.4 “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato;

**15.2.5 “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do CONTRATANTE promover inspeção.

**15.3** Caso a autoridade competente para a aplicação das sanções estabelecidas no Termo de Referência, constatar a existência de indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a quem for de competência, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, regulamentado pelo Decreto n.º 8.420, de 2015.

**15.4** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 1993, na Lei n.º 10.520, de 2002, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1** É eleito o Foro da Comarca de Cascavel para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme § 2º do art. 55 da Lei n.º 8.666, de 1993, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Cascavel-PR, ..... de ..... de 20.....

**MUNICÍPIO DE CASCADEL**  
**LEONALDO PARANHOS DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**MIROSLAU BILAK**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**(Lei nº 5568/2010, Art. 3º Inciso VII)**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHA 1**

**TESTEMUNHA 2**

**ANEXO II-A – DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E ÉTICA: LEI ANTICORRUPÇÃO N.º 12.846, DE 2013**

"Eu, ....., representante legal da empresa ....., regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º ....., declaro, para os devidos fins que:

1. A empresa ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção;
2. Os administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem nome da empresa, direta ou indiretamente, estão ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846, de 2013, bem como me obrigo a tomar todas as providências para fazer com que estes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei;
3. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se perante à CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei n.º 12.846, de 2013, em especial no seu artigo 5º;
4. Estou ciente de que qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações por parte do(a) CONTRATADO(A), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar: I – Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa, nos termos do Decreto n.º 8.420, de 2015; II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846, de 2013;
5. Conduzirei os negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

Outrossim, declaro que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade.

Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

Cidade-UF, ..... de .....de 20....

---

Nome e assinatura do representante da empresa